

A educação religiosa pelo patrimônio: o turismo como recurso didático visando um ensino interdisciplinar voltado para a diversidade

The religious education for heritage: tourism as a didactic resource aiming at an interdisciplinary teaching focused on diversity

*Taciane Terezinha Jaluska**

Resumo

Com a introdução do componente curricular Ensino Religioso no Ensino Fundamental, tendo como conteúdo a leitura do fenômeno religioso manifestado na sociedade, vem crescendo o interesse das escolas na utilização do turismo educacional para o ensino interdisciplinar em espaços não escolares, rica ferramenta para o processo de construção do conhecimento por meio da interação com o objeto de estudo. O presente trabalho bibliográfico-qualitativo tem como objetivo compreender a importância do fenômeno do turismo educacional no Ensino Religioso mediante o estudo do patrimônio religioso *in loco*. Os resultados apontam que os espaços sagrados apresentam potencialidades para o desenvolvimento de um estudo interdisciplinar enriquecedor e voltado para a diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Religiosa. Interdisciplinaridade. Patrimônio Religioso. Turismo Educacional.

Abstract

With the introduction of the curriculum component Religious Education in Elementary School, the content of the reading of the religious phenomenon manifested in society has increased the interest of schools in the use of educational tourism for interdisciplinary teaching in non-school spaces, a rich tool for the construction process of knowledge through interaction with the object of study. The present bibliographic-qualitative work aims to understand the importance of the phenomenon of educational tourism in religious education through the study of religious heritage *in loco*. The results indicate that the sacred spaces present potential for the development of an interdisciplinary study, enriching and focused on Brazilian cultural diversity.

Keywords: Diversity. Religious Education. Educational Tourism. Interdisciplinary. Religious Heritage.

* Doutoranda em Teologia, Mestre em Teologia e Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Membro do GPER – Grupo de Pesquisa Educação e Religião. Membro do Grupo de Pesquisa Universo do Turismo. E-mail: taci_pl@hotmail.com

Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei 9.394/96, destaca em seu primeiro artigo que a educação pode se desenvolver “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Nesse sentido, com a preocupação atual a respeito da qualidade da educação na formação do sujeito, é preciso considerar a diversidade de espaços como importantes instrumentos educativos. Assim, o Patrimônio Cultural, que compreende todos os bens de natureza material e imaterial que façam referência à identidade e à memória de uma sociedade em particular, é, na atualidade, importante instrumento pedagógico, formal ou não-formal, para o exercício da cidadania.

Embora um dos elementos característicos de nossa sociedade seja a religiosidade, não podemos deixar de lado outros elementos que contribuem com nossa dinâmica social, como a cultura e a economia. Dentre as inúmeras organizações existentes, as instituições religiosas de cada denominação são responsáveis pelos seus respectivos espaços sagrados e, conseqüentemente, pelo uso do lugar, das imagens e dos objetos sagrados. Embora seja responsável por conferir o sentido do sagrado para esses espaços, atualmente, as instituições religiosas precisam conviver com outras instâncias laicas, respectivamente, da gestão do patrimônio cultural e da gestão do turismo, bem como compreender suas dinâmicas e motivações externas para o uso desses espaços e os novos sentidos que atribuem aos mesmos.

Assim, verificando a importância para o desenvolvimento das pesquisas que vêm abordando o tema, visando a um ensino mais democrático e voltado à diversidade cultural brasileira, delimitou-se o objetivo geral de compreender a importância do fenômeno do turismo educacional no Ensino Religioso mediante o estudo do patrimônio religioso. Para atingir esse objetivo, primeiramente, será feita uma breve análise sobre o histórico do desenvolvimento do Ensino Religioso no Brasil, citando o exemplo do estado do Paraná. Em um segundo momento, será realizada uma análise sobre as interações do patrimônio cultural e seu usufruto para a atividade turística com ênfase no turismo educacional. Depois, será discutida a importância do estudo do patrimônio religioso *in loco* e suas potencialidades para um ensino interdisciplinar. Finalizando, será apresentado o

que está sendo discutido na atualidade a respeito dos entraves para o desenvolvimento da atividade no Brasil.

O presente trabalho bibliográfico-qualitativo foi realizado por meio de um levantamento de dados do tipo Estado da Arte, utilizando como fonte principal os livros técnicos de autores que tratam do assunto em questão e como fonte complementar os principais artigos acadêmicos disponíveis na plataforma SciELO – *Scientific Electronic Library Online*.

É importante salientar que a identificação do turismo com a prática religiosa deve manter-se na esfera da cultura religiosa e não dos dogmas religiosos, por meio dos vínculos culturais dos indivíduos. Assim, essa identificação insere-se no contexto devocional “por aquilo que denominamos de religiosidade: a maneira como a cultura religiosa é geograficamente vivenciada” (Oliveira, 2004, p. 17).

1. Ensino Religioso no Brasil e o exemplo do estado do Paraná

Ao longo dos tempos, muitas civilizações foram influenciadas pelas suas religiões predominantes no que diz respeito às regras e aos comportamentos para o viver em sociedade. Tais civilizações deveriam ser guiadas pelos valores espirituais vigentes na época. Com o passar do tempo, a moral e os valores pessoais ou sociais continuaram sendo influenciados pelas novas religiões e a presença do Ensino Religioso na educação passou a ser necessária não somente para a alfabetização e para a formação cultural do indivíduo, mas também para a compreensão de outras áreas do conhecimento. Embora em determinados períodos houvesse uma resistência à utilização de conteúdo religioso em território escolar, como apontam as discussões em Junqueira e Wagner (2011), o Ensino Religioso sempre foi pilar para a construção da educação, seja ela orientada pelo Estado ou pelas instituições religiosas em si. Um grande passo para o desenvolvimento do Ensino Religioso foi com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que, dentre vários itens, apontou

O direito à liberdade religiosa (XVIII) e a obrigatoriedade da instrução (XXVI), aspectos que favorecem a discussão sobre o Ensino Religioso como um componente no currículo em vista da formação de uma geração aberta ao diálogo e a novas relações socioculturais. (Junqueira, 2011, p. 36)

No Brasil, entre os períodos Colonial e Imperial, a educação era ministrada e controlada pelos jesuítas, marcadamente humanística devido às suas influências Renascentistas, e voltada principalmente para a evangelização. Com a expulsão dos jesuítas, por volta do século XVIII, o Estado passa a assumir a responsabilidade da educação, que se torna mais racional e elitista, por influência do Iluminismo. Nessa fase, o Ensino Religioso, monitorado pela Inquisição, permanece para índios, escravos e o povo em geral, uma vez que somente a elite obtém educação das escolas da Coroa Portuguesa. Embora o sistema educacional sofra uma ampliação com a criação dos cursos superiores e a criação de bibliotecas e escolas especializadas, somente a elite usufruiu dessas mudanças, sendo que para as classes populares não houve significativo avanço.

O Ensino Religioso nesse período não entra em conflito com o projeto político e permanece mais privativo por meio das Confrarias Religiosas que “ajudam a eliminar o hiato existente entre os da cultura europeia e os da cultura africana, processando-se a efetivação do sincretismo religioso” (Junqueira, 2011, p. 38). Inclusive, foi no período Imperial onde surgiram os primeiros questionamentos a respeito da diversidade religiosa, sendo Rui Barbosa o defensor de um ensino livre de imposição de uma determinada crença em particular.

Com o advento da República, o ensino, marcadamente influenciado pelo movimento Positivista, defende uma escola leiga, pública, gratuita e obrigatória, rejeitando o ensino católico que tenderia a uma educação mais elitista. De acordo com Junqueira (2011, p. 38) a própria Constituição de 1934

Admite o Ensino Religioso, mas de caráter facultativo, ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, sendo manifestada pelos pais ou responsáveis, constituindo matéria do currículo nas escolas públicas. Surgem grandes debates, retornando a questão da liberdade religiosa, a pressão da Igreja e tantos outros interesses.

Neste período, o Ensino Religioso sofre uma crise por sua perda de identidade pelo ensino catequético, pois, uma vez que a escola torna-se autônoma, regida por seus próprios princípios e normas, marcadas por manifestações de pluralismo religioso, não há mais razão para haver um currículo responsável pelo ensino de apenas uma religião específica e que não atinja uma visão de mundo e do ser humano mais abrangente que contemple

outros universos religiosos. Assim, o catecismo perde sua força para dar lugar a novas possibilidades para o Ensino Religioso.

Sustentada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) que, no parágrafo primeiro do artigo 210 define que “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”, a construção da Lei de Diretrizes e Bases define que o Ensino Religioso é base fundamental para a formação do ser humano, individual e socialmente e deve ser oferecido pelo Estado, garantindo que será livre de proselitismos ou de qualquer tipo de doutrinação, ou seja, dará acesso à compreensão do fenômeno religioso e às suas manifestações nas mais variadas religiões existentes, buscando sempre demonstrar a diversidade cultural brasileira e transformando o Ensino Religioso em um espaço para a reflexão e para o diálogo intercultural sem discriminações, conforme a Lei 9.475/97, que caracteriza o Ensino Religioso com a seguinte redação:

Art. 33. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos de Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso. (Brasil, 1997)

De acordo com o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional caberá aos sistemas de ensino a regulamentação dos procedimentos para a definição dos conteúdos trabalhados na disciplina de Ensino Religioso, conforme discutido em Junqueira e Wagner (2011).

No Estado do Paraná, os profissionais responsáveis pela disciplina na rede pública estadual, em conjunto com entidades que se preocupam com o Ensino Religioso, como a Associação Inter-Religiosa de Educação do Paraná (ASSINTEC-PR), repensaram as fundamentações teóricas, os conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula, a metodologia de ensino e elaboraram as Diretrizes Curriculares do Ensino Religioso nas Escolas Públicas do Sistema Estadual de Ensino.

Essas Diretrizes foram desenvolvidas visando desconstruir a ideia de “aula de religião” para atingir um ensino mais democrático, voltado à diversidade cultural e religiosa do ser humano, definindo, assim, como principal objeto de estudo o sagrado enquanto cerne da experiência religiosa, possibilitando ao aluno compreender a amplitude da própria cultura na qual se insere. Assim,0 “a educação religiosa passa a formar pessoas críticas, participativas, fraternas, libertas (abertas ao transcendente), conscientes de serem parte de um todo” (Paraná, 2003, p. 195). Portanto, segundo o Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, a Educação Religiosa tem por finalidades:

- Estimular educandos e educadores a buscarem repostas às questões vitais, para que possam encontrar o sentido profundo e radical da existência;
- Favorecer o desenvolvimento de uma integração, uma harmonia do ser humano consigo mesmo, com os outros, com o mundo e com Deus;
- O desenvolvimento e a formação da pessoa humana no seu todo: intuitivo, consciente, crítico, comunitário, participativo, comprometido com a realidade social, política e econômica, ou seja, com a vida, como agente da história e construtor de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;
- Incentivar a vivência de valores que favoreçam as relações interpessoais mais humanas e fraternas;
- Cultivar a esperança de um mundo melhor que se inicia aqui e agora através das transformações das relações e das ações humanas, ainda que este seja um processo lento.
- Ajudar a Pessoa Humana a encontrar-se consigo mesma, comprometer-se com a sociedade e a conscientizar-se de ser parte de um TODO;
- Ajudar as pessoas a interpretarem em profundidade as suas vivências (experiências). (Paraná, 2003, p. 198, 190)

Para atingir esses objetivos, partindo do ponto de vista do Sagrado, conforme esquema abaixo, foram definidos os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula na disciplina de Ensino Religioso. Nota-se que, dentro dos conteúdos da disciplina, está o estudo dos lugares sagrados, espaços estes que reúnem aspectos físicos que orientam a paisagem religiosa. Dentro do estudo dos espaços sagrados, insere-se o turismo educacional, ferramenta que possibilita ao aluno melhor compreensão do assunto, uma vez que o ensino é realizado no próprio espaço sagrado.

É através da vivência, dos estudos, dos contatos sociais, da participação no meio em que se vive, que o Ser Humano se insere na História. A Educação Religiosa, integrada na vida dos

educandos, fará com que se percebam como partes integrantes de uma história que se desenvolve e na qual agem. (Paraná, 2003, p. 191)

O Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná insere, dentro dos procedimentos pedagógicos, as visitas como uma das modalidades para a construção do saber no conteúdo dos espaços sagrados, uma vez que, além de possibilitar o acesso ao conhecimento, favorece maiores sociabilizações, reflexões e debates por parte dos alunos. “O resultado pedagógico desse contato não é mensurável em avaliações convencionais, apenas o tempo e a transformação do aluno em cidadão poderão demonstrar os reais valores adquiridos por todos” (Andriolo; Faustino, 2001, p. 174).

2. Interação com o patrimônio cultural por meio do turismo educacional

A cultura, inserida no contexto de uma determinada sociedade, é um elemento de identidade que fornece para o indivíduo visão de mundo, valores morais e estilo de vida que irão diferenciá-lo dos demais em um mundo pluralizado. Segundo Warnier (2000, p. 23)

A cultura é uma totalidade complexa feita de normas, de hábitos, de repertórios de ação e de representação, adquirida pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva em uma língua dada, fator de identificação dos grupos e dos indivíduos e de diferenciação diante dos outros.

Se não houvesse uma cultura em comum, representada por meio de uma língua ou um código de conduta, ficaria difícil criar uma identidade entre diversos indivíduos e qualquer tentativa de criação de leis, da moral e dos costumes esbarraria nas particularidades de cada um e, por consequência, ninguém saberia como portar-se em uma determinada sociedade. Assim, ao longo do tempo, cada civilização buscou estabelecer sua identidade por meio de um conjunto de valores e de comportamentos que as diferenciasse das demais, tanto no patrimônio material, expressando-se nas vestimentas, nas obras de arte, na arquitetura, quanto no patrimônio imaterial, por meio da culinária, da religião, das lendas e mitos, do artesanato e da conduta particular do indivíduo em sociedade.

Atualmente, busca-se uma retomada dos trabalhos com a cultura, não

como objeto distante e inalcançável, mas como matéria viva e de mudança constante. “Mais do que um conjunto de ‘valores’ que devem ser defendidos ou ideias que devem ser promovidas, a cultura tem hoje a conotação de um trabalho que deve ser realizado em toda a extensão da vida social” (Certeau, 1995, p. 192). Entendendo esse conceito de cultura como formas de expressão a englobar todo o agir e o pensar do indivíduo e deste em relação ao outro e ao meio onde vive, percebe-se que a cultura representa para o turismo uma gama enorme de possibilidades para a geração de produtos, em vista da diversidade global, transformando o turismo em uma atividade capaz de estimular a preservação do patrimônio cultural ao mesmo tempo em que a explora.

O patrimônio cultural, em forma de museus, de monumentos, de locais históricos, de paisagens é, evidentemente, uma dimensão da identidade, mas também pode ser um potencial turístico importante. Atualmente, toda política econômica comporta um setor cultural. (Warnier, 2000, p. 97)

Assim, o crescimento da importância dada pelos mais diversos setores sociais e pelo poder público pela ampliação do conceito de cultura e, por conseguinte, de patrimônio cultural, deve-se ao reconhecimento do seu potencial para gerar lucros mediante sua utilização na atividade turística.

As viagens de cunho educacional começaram a ser desenvolvidas no final do século XVII por meio da propagação do *Grand Tour* entre as famílias mais abastadas da Europa. Os *grand tourists*, assim chamados os praticantes da atividade, eram estudantes, principalmente ingleses, que haviam concluído seus estudos formais e necessitavam de uma longa viagem para a fixação do aprendizado e de um maior enriquecimento cultural. Assim, saíam de seus países acompanhados por um tutor e viajavam por diversos países da Europa e, em alguns casos, da África também, adquirindo conhecimentos de arte, dança, música, literatura, ciências e política.

Na Inglaterra do século XVIII, o *Grand Tour* chegou a ser uma instituição completamente radicada e plenamente desenvolvida, o incentivo turístico para sair ao estrangeiro não foi somente cultural, mas, ao mesmo tempo, de uma forte índole educativa e política. (Smith, 1989, p. 57, tradução livre)

Acreditava-se que os praticantes adquiriam, pela experiência, conhecimentos políticos que dificilmente seriam absorvidos em uma aula teórica, facilitando a preparação para futuros cargos políticos o que tornou o *Grand Tour*

uma cobiçada e eficiente modalidade de ensino na época. Além disso, pelo fato de a Inglaterra estar localizada em uma ilha, distanciando-a do restante do continente, esperava-se que os estudantes pudessem trazer novidades nos campos culturais e científicos que impulsionassem o país e o deixassem mais competitivo em relação aos demais países do continente, superando, assim, as dificuldades físicas de acesso à informação que a Inglaterra enfrentava.

Os defensores das viagens entendiam que as escolas jamais conseguiriam o mesmo resultado pedagógico permitido pela observação direta dos usos e costumes da política, do governo, da religião, da arte de outras nações. Eles entendiam que os jovens voltariam enriquecidos para exercer cargos políticos e que poderiam transformar a Inglaterra, país conhecido como terra do comércio, em terra das artes e das letras. (Barretto, 1999, p. 50)

Com o declínio da aristocracia e a ascensão da burguesia, a motivação de viagem passa a ser o privilégio da descoberta. Das viagens de Marco Polo até as Grandes Navegações, a curiosidade insaciável do homem fez com que o medo da viagem se tornasse superável em busca das descobertas que o Mundo Novo traria à tona. Assim, as explorações além-mar, que no início eram muito perigosas, permitiram que a tecnologia se desenvolvesse ao ponto de tornar os transportes continentais tão seguros que permitissem a todos viajar e entrar em contato com outras culturas.

A partir daí, com as mudanças que estavam sendo processadas, sobretudo na agricultura e na indústria, as pessoas passaram a viajar para inteirar-se das novas descobertas, isto é, para informar-se. As viagens passam a fazer parte da vida profissional. Buscam-se, em outros países, informações sobre os avanços no comércio, na agricultura e nos manufaturados, com o objetivo de importar novidades que contribuíssem para o desenvolvimento da própria profissão. (Castelli, 2011, p. 21)

No final do século XIX, um pedagogo francês chamado Célestin Freinet, notando o desinteresse dos seus alunos nas aulas dentro de sala, resolveu mudar seu método de ensino e levá-los a lugares abertos, próximos à natureza, para verificar qual seria a resposta dos alunos à mudança no aprendizado, surgindo assim, o conceito de aula-passeio.

A aula-passeio consistia em atividades extraclasse, organizadas coletivamente pelos alunos, onde o essencial era valorizar as necessidades vitais do ser humano – criar, se expressar, se comunicar, viver em grupo, ter sucesso, agir-descobrir, se organizar – tornando-os cidadãos autônomos e cooperativos. (Raykil & Raykil, 2011, p. 7)

Com sua atitude, Freinet desconstrói o método de ensino tradicional centrado na figura do professor como transmissor de conhecimentos e no ensino enciclopédico como único meio de aprendizado. Assim, propõem uma educação mais ativa e participativa, onde o aluno e seu meio ambiente tornam-se protagonistas na ação educativa e o professor torna-se mediador deste aprendizado. O turismo, então, torna-se uma nova opção de ensino e os alunos, tornam-se, durante a atividade, turistas. De acordo com Rejowski, Costa (2003, p. 224)

Os alunos passam a assumir a condição temporária de turistas, deslocando-se de seu local de origem em busca de algo novo. Há, então numa aula, o elemento dinâmico (a viagem) e o sujeito do turismo (o turista). Não se trata, obviamente, de uma metamorfose, uma mudança física, social e psicológica. Os alunos continuam sendo alunos que participam de uma aula. Essa assunção de posição diz respeito apenas ao tratamento dado à atividade pedagógica.

Das aulas-passeio de Freinet ao turismo educacional realizado hoje, autores como Raykil E., Raykil C., Camargo, Andrade e Barretto vêm discutindo os benefícios que a atividade proporciona. Atualmente, cada vez mais escolas buscam o turismo educacional como um diferencial na educação de seus alunos, porém nota-se ainda que a maioria desconhece as possibilidades educacionais do turismo ou relega a atividade ao plano de simples complemento educacional, sem ao menos buscar informações a respeito do funcionamento e dos resultados obtidos.

Segundo Rejowski e Costa (2003, p. 224), o conceito de turismo educacional

[...] sugere uma atividade turística que esteja ligada de alguma forma com o ensino e/ou a pedagogia. Definida como a teoria da educação e da instrução, a pedagogia estuda os processos e técnicas para um alcance mais eficiente dos ideais da educação. Nesse sentido, pode-se entender o turismo pedagógico como uma atividade que mescla ensino e turismo, apropriando-se de alguns de seus elementos, essencialmente a viagem.

A metodologia de ensino que deve ser desenvolvida durante o turismo educacional é conhecida como Estudo do Meio. Segundo Piza (1992), o Estudo do Meio deve desenvolver-se em três fases distintas apresentadas na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Fases de desenvolvimento do *Modus Fasciendi*, segundo Piza (1992)

PRIMEIRA FASE	SEGUNDA FASE	TERCEIRA FASE
Preparo teórico do centro de interesse conforme roteiro de viagem.	Realização da viagem.	Avaliação.
Ministrado por professores das disciplinas envolvidas de acordo com um plano integrado de ensino preestabelecido.	Documentação dos dados observados por meio de entrevistas, filmagem, fotografias e coleta de materiais.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Bate-papo informal durante a visita, para averiguar se professores e guias atingiram o objetivo. 2) Já em classe, o aluno é avaliado através de trabalhos em grupos, conclusões individuais, exposição de material coletado etc. 3) Professores e guias são avaliados a partir da qualidade dos trabalhos dos alunos.

Fonte: Siqueira e Ornelas (2005, p. 48 *apud* Milan, 2007, p. 29).

Nesse sentido, o Estudo do Meio, como metodologia de ensino que propicia uma aprendizagem por meio de experiências fora dos muros da escola, transformou-se no principal instrumento impulsionador do turismo educacional, que não se define somente pelo deslocamento em si, mas pela motivação de viagem, ou seja, pelo desejo de adquirir conhecimentos fora do ambiente escolar. Quanto à sua organização, esse tipo de atividade deve ser realizado em conjunto com a direção da escola, os professores, os pais, os alunos e também os profissionais especializados da área de Turismo, os quais podem desenvolver um planejamento coeso visando atingir os objetivos iniciais da atividade, porém, sem oferecer riscos aos estudantes, uma vez que a atividade envolve o deslocamento do ambiente escolar. Assim, toda a atividade do turismo educacional deve apresentar um modelo de roteiro com os preparativos que antecedem a atividade, o planejamento para sua realização e, por fim, as finalidades que a atividade pretende atingir.

Fazer um roteiro prévio permite que a atividade não perca sua finalidade educativa, além de tornar-se um registro posterior e um exemplo a ser seguido

em outras atividades. O que se pretende com o turismo educacional é que, fora do ambiente escolar, ocorra, segundo Vinha (2005, p. 6-7),

A organização de situações de aprendizagens, relacionadas a conteúdos curriculares, a valores éticos e estéticos, além de atitudes formativas, tais como o desenvolvimento da capacidade de iniciativa e solidificação de amizades; respeito ao outro e o fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo ou a um ecossistema; experiência de autonomia; elaboração conjunta de regras de convivência, dentre outras.

A paisagem pode ser considerada elemento chave na atividade turística, pois é própria da dimensão da percepção, tornando cada leitura única de acordo com a visão de cada observador. Nenhuma paisagem irá transmitir a mesma sensação para todos os visitantes, pois sua observação não é somente a utilização bruta do sentido da visão, mas é impregnada também de elementos culturais próprios, por meio da experiência individual da vida do viajante, ou seja, sua história e seus sentimentos.

Por isso, a atividade turística apresenta uma dimensão material do ambiente, representada pelo território e uma dimensão imaterial, representada pelos sentimentos produzidos na captação da paisagem vivenciada. “O homem não vive somente numa Paisagem ‘material’, mas sim que de maneira consciente ou inconsciente, ele inventa universos imaginários, compostos de fatos de representação e de sonhos” (Barros, 2002, p. 6). Nesse sentido, o turismo promove uma valorização do espaço ou uma dinamização deste a fim de otimizar todos os seus recursos disponíveis para serem utilizados na atividade.

3. O patrimônio religioso no espaço sagrado

Compreender o espaço onde ocorrem as atividades humanas significa identificá-lo como produto de representações do ser humano, sendo possível o estabelecimento de um vínculo entre a sua forma de organização espacial e as características sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais de uma determinada sociedade.

Milton Santos (2002, p. 21) define o conceito de espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, no qual a atividade humana é a base para sua criação. Nesse sentido, o espaço transforma e é transformado durante o conjunto de ações que são continuamente

produzidas pelo fazer humano. O autor afirma que a relação entre Sujeito e Meio se dá pela técnica, pois “são o conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaços” (Santos, 2002, p. 29).

O espaço reúne a configuração territorial formada pelos sistemas naturais de determinada área com o acréscimo das relações sociais que o ser humano impõe a essa determinada configuração territorial (Santos, 2002, p. 62). Nesse sentido, o conceito de espaço abrange não apenas seu aspecto “material”, mas também a vida que o anima por meio das representações humanas e, sendo um sistema de valores, o espaço se transforma permanentemente (Santos, 2002, p. 104). “O que pensamos sobre espaço jamais poderá ser compreendido sem que se reflita sobre o próprio movimento que cria, recria, nega e, pela superação, redefine a espacialidade dos próprios homens” (Santos, 2002, p. 23). Assim sendo, a geografia atual compreende que o sentido do espaço não está em sua materialidade, mas no protagonismo humano e nas suas experiências com o concreto espacial.

Para os filósofos Kant e Cassirer, além do protagonismo humano na espacialização e na construção/reconstrução paisagística, observa-se o destaque para o processo de simbolização/abstração humanas. “É o pensamento simbólico que supera a inércia natural do homem e lhe confere uma nova capacidade, a capacidade de reformular constantemente o seu universo humano” (Cassirer, 1994, p. 104).

Kant compreende o espaço como “condição de possibilidade dos fenômenos” (1989, p. 157), enquanto Cassirer (2001, p. 54) entende que o espaço

de modo algum é um receptáculo imóvel que recolhe as “coisas” prontas e acabadas, representando ao invés, um conjunto de funções ideais que se complementam e determinam mutuamente para formar um resultado unificado.

A diversidade religiosa oferece uma infinidade de espaços sagrados dentro de suas respectivas religiões, motivando anualmente milhões de pessoas a deslocarem-se para estes lugares que, mais do que simples manifestações artísticas do homem, são espaços para o encontro do homem com seu deus em um momento carregado de significações, pois deixam de ser lugares comuns estando associados à fé de um povo, sendo que a fé foi a motivação principal que

orientou sua construção.

De acordo com Gil Filho (2008, p. 49), o espaço sagrado que é produto da consciência religiosa concreta “se apresenta como palco privilegiado das práticas religiosas. Por ser próprio do mundo da percepção, o espaço sagrado apresenta marcas distintivas da religião, conferindo-lhe singularidades peculiares aos mundos religiosos”. Nesse sentido, o espaço sagrado faz parte da construção humana do universo religioso, ou seja, “não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana” (Cassirer, 1994, p. 48).

O que torna o espaço “sagrado” é o valor atribuído a ele, ou seja, os espaços sagrados não são apenas monumentos concretos, como podem ser também espaços da natureza, tais quais rios, montanhas, árvores, entre outros, que, por meio de um processo de simbolização humana, ganham atributos de pura abstração. “Na sacralização do espaço, as crenças, os ritos religiosos encontram um centro de referência no qual o espírito humano pode fixar mais facilmente a identidade das coisas religiosas”, espacializando o sentir religioso, conforme apontado em Silva e Gil Filho (2009, p. 80).

O turismo educacional pode, portanto, tornar-se um mecanismo eficaz no auxílio principalmente do Ensino Religioso nas escolas brasileiras e pode ser adaptado aos diferentes modelos vigentes, uma vez que, devido à diversidade cultural e religiosa do país, fica mais fácil para o professor apresentar os hábitos, os valores, as tradições e os costumes de diferentes religiões dentro do reduto das mesmas, porque o Ensino Religioso pode facilmente tornar-se confuso para o aluno e acabar frustrando-o, pois ele pode não ver sentido no que é ensinado somente em sala de aula. Portanto, uma aula-passeio pode reduzir o distanciamento e ampliar a visão do aluno, favorecendo a assimilação do conteúdo e o esclarecimento de dúvidas tão comuns em uma disciplina que enfoca tanto a cultura comum ao aluno quanto outra muito distante de seus olhos.

Além disso, mais que oferecer apenas informações de cunho religioso, uma visita a Espaços Sagrados oferece uma gama de possibilidades interdisciplinares, pois reúne uma estrutura complexa de crenças, imagens, símbolos e significações religiosas e, por meio destes, é possível compreender

várias formas de tradições culturais, linguísticas, historiográficas, iconográficas e musicais, tornando o turismo educacional um instrumento para a complementação pedagógica em diferentes disciplinas. Durante a atividade, o professor e os alunos têm a possibilidade de estabelecer relações entre a organização espacial e a construção do espaço geográfico, a história e as políticas de conservação do patrimônio material e imaterial, as artes, a cultura religiosa e o turismo, fazendo com que o ensino torne-se mais dinâmico e eficaz (Jaluska; Junqueira, 2013, p. 19).

4. Desafios para a prática do ensino interdisciplinar no Brasil

Realizar projetos que envolvam conteúdos interdisciplinares é um dos grandes entraves da atividade educacional no Brasil e é percebido pelos autores como conta Cordeiro (2010, p. 6)

Desde o oitocentos, a constituição dos saberes científicos e escolares foi promovida sob uma configuração marcadamente disciplinar, isto é, especializada e até fragmentária, e se atualmente a discussão interdisciplinar até é ponto de pauta nas Universidades, ela raramente torna-se uma pragmática nas atividades escolares e, quando isso ocorre, apenas a temática ultrapassa a fronteira disciplinar.

A visão tradicional de que o professor deveria ser apenas responsável por transmitir conhecimentos didáticos perdeu a força perante os novos desafios de um mundo globalizado, que exige a formação de um sujeito dinâmico consciente do que acontece ao seu redor e no mundo. De acordo com Camargo (2004, p. 87), “agora este professor deve ir além de ‘despejar a carga’ de conteúdos tradicionais, deve mostrar a conexão entre eles”. Por isso, segundo Gadotti (2000, p. 42),

A escola não deve apenas transmitir ensinamentos, mas, também, preocupar-se com a formação global dos alunos, numa visão onde o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas, para isso, é preciso saber trabalhar com as diferenças, isto é, é preciso reconhecê-las, não camuflá-las, e aceitar que para me conhecer, preciso conhecer o outro.

Esse é um grande problema, principalmente no Brasil, onde a abordagem interdisciplinar é motivo de grande resistência. “Verifica-se, com isso, que o ensino ainda apresenta-se marcadamente conteudista; uma abordagem interdisciplinar, que tende ao desenvolvimento das competências, depara-se com

grandes resistências” (Cordeiro, 2010, p. 6). Porém, a escola precisa mostrar aos alunos toda a diversidade cultural, buscando articular o saber com as vivências pessoais de cada sujeito, com a comunidade e o meio ambiente, fazendo com que o ensino torne-se interdisciplinar e o trabalho escolar torne-se coletivo. Esse relacionamento, entre escola e comunidade, pode ser intensificado, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 23),

[...] quando há integração dos diversos espaços educacionais que existem na sociedade, tendo como objetivo criar ambientes culturais diversificados que contribuam para o conhecimento e para a aprendizagem do convívio social.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos da interdisciplinaridade inclui:

- (1) Integração de conteúdos;
- (2) Passar de uma concepção unitária do conhecimento;
- (3) Superar a dicotomia entre *ensino* e *pesquisa*, considerando o estudo e a pesquisa, a partir da contribuição das diversas ciências;
- (4) Ensino-aprendizagem centrado numa visão de que aprendemos ao longo de toda a vida (educação permanente). (Gadotti, 2000, p. 222)

Promover um ensino interdisciplinar implica superar as metodologias anteriores, fragmentadas, em prol de uma educação mais articulada, envolvida com a realidade local e global, ou seja, mais atuante e permanente. Assim, o turismo educacional surge como um rico instrumento que pode servir ao ensino, pois, além dos ganhos cognitivos que a atividade proporciona aos seus participantes, sua força encontra-se nos ganhos afetivos, ou seja, na capacidade de gerar entusiasmo na aprendizagem, mediante estratégias de ensino diferentes das utilizadas no ensino formal, utilizando-se do estudo do meio para aperfeiçoar o conhecimento conectando assim, as diversas áreas do saber. De acordo com Vinha (2005, p. 15),

Na intersecção entre atividades pedagógicas voltadas para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos e sociais dos alunos com as atividades lúdicas e de entretenimento próprio dos passeios e das viagens, reside o espaço do turismo pedagógico. É o espaço da aprendizagem feita com prazer, mas não é aquele prazer típico da alienação, é o prazer que é fruto da ampliação do conhecimento, do esclarecimento, da convivência e do lúdico.

No campo da educação patrimonial, definida como educação centrada “nos bens culturais, com metodologia que toma estes bens como ponto de partida para desenvolver a tarefa pedagógica; que considera os bens culturais como fonte primária de ensino” (Grunberg, 1995 *apud* Almeida, 1997, p. 54), nota-se uma atenção especial no compromisso conjunto de toda a sociedade na preservação e na conservação do patrimônio, reforçando o papel do poder público em articular a escola, a comunidade e os espaços culturais e reunir os saberes coletivos em prol de uma educação para o lazer.

Seguindo essa lógica, o papel do turismo é o de difundir essa consciência global de pluralidade e de identidade. Para isso, o turismo educacional é um importante instrumento, pois aproxima a comunidade de seu patrimônio e cria laços afetivos que estimulam a preservação. Portanto, o turismo educacional busca a promoção do entendimento, conscientização e valorização da identidade local, partindo de propostas amplas e diversificadas. Assim, é importante desenvolver estratégias para o turismo educacional, pois se torna o fio condutor desta união.

Quanto mais sabemos sobre educação e sobre como o cérebro processa a informação, mais entendemos que o movimento é fundamental para a aprendizagem. Entretanto, em geral, tendemos a imobilizar as crianças atrás das carteiras, em vez de utilizar o potencial de sua enorme vitalidade natural. (Camargo, 2004, p. 89)

Em vista disso, é importante inserir a temática do turismo educacional na formação do professor, já que este se torna o interlocutor do patrimônio cultural para seus alunos e possibilita a construção de uma identidade coletiva que resguarde esse patrimônio por meio de um ensino escolar crítico e transdisciplinar.

Não se trata, no entanto, de atribuir à escola nenhuma função salvacionista, mas de reconhecer seu incontestável papel social no desenvolvimento de processos educativos, na sistematização e socialização da cultura historicamente produzida pelos homens. (Oliveira, 2009, p. 245)

Para isso, torna-se essencial criar redes de diálogo entre os professores que já têm experiência com a atividade e os futuros docentes, possibilitando a troca de conhecimentos – adquiridos na teoria e na prática profissional – e a

atualização das informações, uma vez que a formação de qualidade deve envolver tanto as pesquisas científicas quanto a aquisição de uma cultura profissional vigente na atualidade. Segundo Nóvoa (2009, p. 22), “a única saída possível é o investimento na construção de redes de trabalho coletivo que sejam o suporte de práticas de formação baseadas na partilha e no diálogo profissional”.

É possível notar que já há um reconhecimento dos espaços não formais de educação como espaços de construção do conhecimento e de atuação do profissional docente, como apontam Orzechowski e Torres (2010, p. 4): “mesmo sendo a docência a base para a formação do Pedagogo a escola não é mais o único espaço de atuação pedagógica e da aplicação da prática pedagógica”. Assim, nota-se a preocupação na melhora da formação docente, que englobe as mudanças que o ensino vem enfrentando, visando a uma educação mais democrática e plural e que, realmente, prepare o professor para atuar com as novas possibilidades educativas que surgem.

Porém, ainda falta o reconhecimento sobre o nível macro organizacional desta atividade e de quem faz parte dela. Os profissionais de Turismo já estão atuando nesse setor, principalmente na aplicação e execução da atividade, já que possuem formação para realizar atividades socioculturais, mas essa informação é desconhecida por alguns autores. Parente (2010, p. 8), inclusive, indaga: “Se não for o pedagogo o responsável por organizar a ação educativa existente em determinada instituição não-escolar, quem o fará?”. Isso demonstra o desconhecimento da função deste profissional para a aplicabilidade da atividade, e este é um dos principais motivos para o turismo educacional ainda não ser utilizado de maneira plena aqui no Brasil.

Os profissionais da educação buscam evitar a atividade acreditando que demanda um grande esforço organizacional sobre o qual não apresentam total conhecimento e que não é sua função, desconhecendo que existe um profissional no mercado atuando exatamente com essa organização macro. Pode-se perceber isso com Orzechowski e Torres (2010, p. 6) que apontam a divisão de opiniões a respeito da atividade:

Por tudo isso há preocupação com o trabalho pedagógico do Pedagogo, com sua prática sociocultural, com sua ação em outros espaços que carece de análise. A questão está posta e ainda divide as opiniões entre os Pedagogos que se dedicam à pesquisa. De um lado, podemos destacar uma concepção tecnicista da educação quando se pretende uma aplicação da Pedagogia em outros

espaços, atendendo funções que não são pedagógicas. De outra ótica, podemos evidenciar a busca por estudos dentro de uma visão crítica, na qual o Pedagogo tem uma função pedagógica, uma especificidade educativa em que se sustenta sua intervenção em quaisquer espaços sem perder seu foco que é a ação educativa.

Pode-se perceber ainda que Andrade (2010, p. 13) chega perto de uma solução quando afirma que “é fundamental dialogar com outras áreas do conhecimento para densificar e ampliar nossos olhares, buscar outros e novos focos ainda pouco pesquisados no trabalho cotidiano do docente”, evidenciando a importância do estabelecimento de canais de comunicação com outras áreas. Porém, nota-se que não cita exemplos, demonstrando, assim, pouco conhecimento a respeito das possibilidades de relacionamento entre a área do Turismo e a da Educação.

Além desse fator, somam-se às dificuldades de realização da atividade a precariedade das escolas que não podem fornecer os materiais e equipamentos necessários; as escolas que geralmente apresentam números elevados de alunos por turmas, dificultando em muito a realização da atividade; os professores que, muitas vezes, têm vontade de realizar, mas têm essa vontade minada pela direção; e vários outros motivos, citados inclusive por Bernardo (2010, p. 7):

No contato com o cotidiano escolar, nos deparamos com desafios estruturais de diferentes níveis, entre os quais a ausência de suporte para a promoção de atividades que requeiram equipamentos modernos ou que sejam realizadas em espaços extraclasse; a dificuldade de inter-relação com a diversidade de experiências discentes, face ao quantitativo de alunos em sala e ao pouco tempo de aula disponível em cada turma, geralmente empregado para o cumprimento do programa.

Todos esses fatores desmotivam o docente que acaba simplesmente por cumprir apenas os requisitos exigidos pelo programa. Assim, percebe-se a necessidade cada vez maior de estabelecer canais de comunicação e reflexões que motivem as escolas a inserirem esta atividade nos seus projetos pedagógicos, pois o turismo educacional pode auxiliar na proposta de ensino mais democrático e plural, favorecendo encontros que estimulem a reflexão dos alunos e promovam o conhecimento do meio sociocultural onde vivem algo significativo em termos pedagógicos.

Os roteiros turísticos culturais são significativos exatamente por

proporcionar a interação com o objeto de estudo, favorecer a educação patrimonial e estimular o sentimento de pertença dos participantes com seu entorno. Assim, a ferramenta do turismo educacional, ajuda a suprir as antigas falhas na educação escolar, que, por muito tempo, manteve os alunos fechados na sala de aula e afastou o aprendizado da vida prática em sociedade.

Comprovadamente, os alunos não possuem muitas informações sobre a história de sua cidade. Esta falha educacional poderia ser suprida com a utilização dos RTCs¹ que conforme a pesquisa atraem os alunos; são ferramentas eficazes de aprendizagem e se encaixam perfeitamente no conceito de desenvolvimento sustentável, no qual se deve envolver a comunidade local nas ações, propiciando seu acesso ao patrimônio. (Camargo, 2004, p. 110)

Portanto, se a escola visa atingir um ensino mais democrático, deverá estimular os alunos a explorar o seu entorno, e, mais que um simples passeio, converter o olhar do aluno em um olhar turístico, fornecendo-lhe informações, possibilitando novas experiências e contribuindo para o fortalecimento do espírito crítico e ciente do ambiente onde vive, para que, no futuro, o aluno possa contribuir para o desenvolvimento local e tenha um maior comprometimento com a sociedade.

Se no passado o turismo não representava um aspecto relevante da dinâmica social brasileira, hoje não pode mais ser posto à margem do processo educativo, visto que os estudantes têm a necessidade e o direito de analisá-lo, criticá-lo, pesquisá-lo e principalmente praticá-lo e, ou, com ele conviver de forma mais consciente e produtiva. Para tanto, propomos a inclusão dessas discussões nos livros didáticos e paradidáticos veiculados no Brasil, a exemplo do que já ocorre em algumas publicações europeias destinadas ao mesmo fim, bem como adotar, o quanto possível, o excursionismo como um recurso didático. (Portuguez, 2001, p. 188)

Assim, somente uma instituição que permita o conhecimento, por meio da teoria e da prática, de toda a diversidade cultural e das mais diversas concepções de mundo, pode ser considerada uma instituição autônoma, uma vez que autonomia não significa isolamento, mas sim abertura, possibilidade do estabelecimento de um diálogo intercultural.

Considerações finais

Atualmente, muito se tem discutido a respeito da qualidade da educação na formação do sujeito, base para sua inserção na sociedade, e muitos autores discutem a necessidade de mudanças na metodologia de ensino, que, principalmente na atualidade, deve formar o sujeito para viver em uma sociedade multicultural, tornando-o capaz não somente de perceber o diferente, mas também de conviver e respeitá-lo.

Os espaços existentes fora da sala de aula também podem ser aproveitados para realizar atividades educativas. Muitas vezes, a aprendizagem de determinados conteúdos requer a exploração de espaços na comunidade, para que os conteúdos possam ser melhor assimilados favorecendo um aprendizado mais amplo e dinâmico.

Nesse tipo de atividade, o aluno passa a conhecer melhor o local onde vive, reconstruindo a historicidade do lugar e percebendo seu papel de protagonista, possibilitando criar um sentimento de pertença à comunidade em questão. Dentre os espaços da sociedade que podem se tornar lugares favoráveis ao ensino, os espaços sagrados caracterizam-se por serem lugares de culto e práticas religiosas, acima de tudo, lugares de manifestações do sagrado e, são, na maioria das vezes, dotados de arquitetura singular, esta que, juntamente com os demais elementos inerentes à religião, revelam importante parte da riqueza cultural brasileira.

Nesse sentido, a importância do ensino em espaços sagrados é seu potencial para a realização de um trabalho interdisciplinar. Durante a execução da atividade, é possível fazer uma ligação entre diversas disciplinas e temáticas, tornando o aprendizado mais enriquecedor. De acordo com Vinha (2005, p. 15), o espaço fornecido pelo turismo educacional “é o espaço da aprendizagem feita com prazer, mas não é aquele prazer típico da alienação, é o prazer que é fruto da ampliação do conhecimento, do esclarecimento, da convivência e do lúdico”.

Porém, esse tipo de ensino não é devidamente desenvolvido ainda no Brasil devido a uma série de fatores que vão desde a falta de informações na formação docente até as dificuldades enfrentadas em sala de aula na atualidade, causando o entrave da atividade. Nesse sentido, para um efetivo uso do turismo educacional como suporte no processo de ensino-aprendizagem de uma disciplina como Ensino Religioso faz-se necessário um aprimoramento na

organização macro da educação nacional, como desenvolver uma política de formação continuada para a capacitação daqueles docentes que pretendam se valer de ações envolvendo o turismo e o processo pedagógico, bem como aumentar os subsídios financeiros para projetos voltados para a atividade.

Conclui-se que as discussões a respeito desse tema ainda estão em processo de amadurecimento no Brasil, mas apresentam um crescimento a cada ano graças às discussões a respeito da educação libertadora, base para a formação integral do ser humano, que requer uma educação ampla e consciente, a qual pode ser enriquecida pelas possibilidades educativas do turismo educacional. Assim, este estudo não pretende esgotar o tema proposto, mas oferecer pontos de vista importantes para a realização de novos estudos que possibilitem maior diálogo entre os atores, coloquem a atividade em evidência e provoquem mudanças significativas no modo de ensinar nas escolas contemporâneas.

Referências

ANDRIOLO, Arley; FAUSTINO, Evandro. Educação, turismo e cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. IN: RODRIGUES, Adyr. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ANDRADE, João Carlos Ribeiro de. *O trabalho docente da história com a educação de jovens e adultos/idosos – EJA – ao Museu de Artes e Ofícios – MAO -*: Potencialidades das relações entre ensino de história e memória. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ESTRADO, 2010, Lima, Peru. Anais eletrônicos... Lima: Rede Estrado, 2010. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/>. Acesso em: 18 set. 2011.

BARRETTO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. 12. ed. Campinas: Papirus, 1999.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens*. Recife UFPE, [200-].

BERNARDO, Fabiana de Oliveira. *Estratégia para um ensino de história renovado: a pesquisa e o ensino como formadores de identidade*. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ESTRADO, 2010, Lima, Peru. Anais eletrônicos... Lima: Rede Estrado, 2010. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/>. Acesso em: 18 set. 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 06 ago. 2012.

- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais* / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. LDBEN n. 9.394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 nov. 2012.
- _____. *Lei 9.475. 22 jul. 1997*. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.edutec.net/Leis/Educacionais/edl9475.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2013.
- CAMARGO, Patrícia de. Turismo na escola. In: *TURISMO CONTEMPORÂNEO: ensaios*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- CASTELLI, Geraldo. *Turismo: atividade marcante*. 4. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.
- CORDEIRO, Tauãna Terra. *Projeto de estímulo à docência – ensino da História através de curtas metragens: o curta “Horto Botânico: História, Ciência e Vida”*. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ESTRADO, 2010, Lima, Peru. Anais eletrônicos... Lima: Rede Estrado, 2010. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/>. Acesso em: 18 set. 2011.
- GADOTTI, Moacir. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. *Espaço Sagrado: Estudos em Geografia da Religião*. Curitiba: Ibpx, 2008.
- GRUNBERG, E. Educação Patrimonial – Utilização dos bens culturais como recursos educacionais, São Miguel, RS, 1995. In: ALMEIDA, A. M. *Desafios da relação Museu – Escola*. Comunicação e Educação, São Paulo, set./dez. 1997.
- JALUSKA, Taciane; Junqueira, Sérgio Rogério Azevedo. Projeto Espaço Sagrado: uma proposta de turismo educacional e uma estratégia para conhecer e educar. In: *Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo*. Curitiba, v.2, p. 12-25, jan/dez, 2013.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. A presença do Ensino Religioso no contexto da educação. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; WAGNER, Raul. *O Ensino Religioso no Brasil*. Editora Champagnat: Curitiba, 2011.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- NÓVOA, António. *Professores, imagens do futuro presente*. Instituto de Educação – Universidade de Lisboa. 2009.
- OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. *Turismo religioso*. São Paulo: Aleph, 2004. (Coleção ABC do Turismo)

OLIVEIRA, João Ferreira de. A função social da educação e da escola pública: tensões, desafios e perspectivas. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; Oliveira, Dalila Andrade (Org.). *Crise da escola e políticas educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ORZECOWSKI, Suzete Terezinha; TORRES, Patrícia Lupion. *Uma proposta sociocultural na formação docente*. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ESTRADO, 2010, Lima, Peru. Anais eletrônicos... Lima: Rede Estrado, 2010. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/>. Acesso em: 18 set. 2011.

PARANÁ, Secretaria do Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares de Ensino Religioso para a Educação Básica*. Curitiba: 2006.

_____. *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná*. Curitiba, 2003.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. *Repercussões das diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia: a formação do pedagogo para a atuação em ambientes escolares e não-escolares*. In: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE ESTRADO, 2010, Lima, Peru. Anais eletrônicos... Lima: Rede Estrado, 2010. Disponível em: <http://www.redeestrado.org/seminarios/VIII_Seminario/>. Acesso em: 18 set. 2011.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Elementos para uma abordagem crítica do turismo no ensino de primeiro e segundo graus. In: RODRIGUES, Adyr. *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RAYKIL, Eladyr Boaventura; RAYKIL, Cristiano. *Turismo Pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino-aprendizagem*. Disponível em: <www.periodicodeturismo.com.br>. Acesso em: 13 mai. 2011.

REJOWSKI, Mirian; COSTA, Benny Kramer. *Turismo contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.

SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

SIQUEIRA, M. M.; ORNELAS, R. dos S. Viagem a serviço da escola: a concepção de turismo pedagógico pelas agências de turismo do Brasil. São Paulo: ECA/USP, 2005. (Monografia) In: MILAN, P. L. *Viajar para aprender: Turismo pedagógico na região dos Campos Gerais – PR*. Balneário Camboriú, 2007. (Dissertação).

SILVA, Alex Sandro da; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia da Religião a partir das Formas Simbólicas de Ernst Cassirer: um estudo da Igreja Internacional da Graça de Deus no Brasil. In: *Revista de Estudos da Religião*: junho, 2009, p. 73-91

SMITH, Valene L. *Anfitriões e convidados: antropologia del turismo*. Madrid: Endymion, 1989.

VINHA, Maria Lúcia (Org.) O turismo pedagógico e a possibilidade de ampliação de olhares. In: *Hórus - Revista de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas*, Ourinhos/SP, n. 3, 2005.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru: EDUSC, 2000.

¹ Roteiros Turísticos Culturais.

Recebido em 25/07/2017, revisado em 15/10/2017, aceito para publicação em 08/12/2017.